



ENTREVISTA

**DIÁLOGO COM O  
PROFESSOR DOUTOR  
LUCIANO MENDES DE  
FARIA FILHO PARA O  
DOSSIÊ “HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA  
EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO  
SANTO” DA REVISTA  
DO ARQUIVO PÚBLICO  
DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO**

*Miriã Lúcia Luiz*

*Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora do Centro de Educação da Ufes.*



*Luciano Mendes de Faria Filho possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1996). É professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde coordena o Projeto Pensar a Educação, Pensar o Brasil - 1822/2022, iniciativa desenvolvida em rede por mais de uma dezena de instituições universitárias do Brasil. Foi Secretário Regional da SBPC Minas no período de 2019/2021. Foi Coordenador do Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA). Foi membro do Conselho Deliberativo do CNPq (2014-2016) e da Câmara de Ciências Humanas, Sociais e Educação - CHE da FAPEMIG (2013-2016). Foi Coordenador do GT-História da Educação da ANPEd e vice-presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação (2003-2007). Foi membro do CA-Educação/CNPq (2007-2010) e participou da Comissão de Assessoramento Técnico-Científico (CATC/CNPq) (2008-2009). Ainda no CNPq, foi designado pela Diretoria para a função de Ponto de Contato Nacional (National Contact Point) da Área de Humanidades (Socio-Economics Sciences and Humanities) para a Cooperação com a União Europeia dentro do 7o. Programa Quadro (2009-2011).*

Para compor este dossiê, que se propôs a publicizar pesquisas tematizando a história e historiografia da educação capixaba, dialogamos com o professor doutor Luciano Mendes de Faria Filho, graduado em Pedagogia (1988), mestre em Educação (1991) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Educação (1996) pela Universidade de São Paulo (USP) e professor Titular da Faculdade de Educação da UFMG.

Além da sua ampla experiência e engajamento em órgãos e instituições de pesquisa, da atuação em diversos projetos editoriais, o professor Luciano tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente no campo da história da educação; história da infância; cultura escolar; história da escolarização; intelectuais e educação no Brasil; pensamento social brasileiro e educação.

Realizamos a entrevista no dia 18 de fevereiro de 2022, terceiro ano de pandemia da covid-19, pela plataforma de videoconferências *Google Meet*. As duas horas de conversa percorreram questões sobre

a sua trajetória pessoal e profissional, passando por sua atuação no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais e pela circulação nos espaços educativos, políticos e sociais, de modo mais amplo.

Ao tratar de sua trajetória pessoal, apontando elementos de sua origem familiar e cultural, o professor destacou ter vivido “entre mulheres”, pois, apesar de ter 8 irmãos homens, foi o único que nasceu entre as mulheres, pois são duas irmãs imediatamente mais velhas e outra mais nova do que ele. No que tange à escolarização considera que há, na família, uma certa tradição de escolarização, pois, apesar de se lembrar de uma tia mais velha, tantos os avós quantos as avós, nascidos/as na passagem do século XIX para o XX já eram alfabetizados/as. Lembra, também, que a experiência escolar sempre fora uma prioridade para a sua família, embora ele não perspectivasse cursar o Ensino Superior até depois de terminar o ensino de 2º Grau.

Foi em grupos de juventude ligados à igreja católica que, incentivado pela experiência de amigos, resolveu fazer vestibular para dois cursos: para filosofia

e pedagogia. Passou nos dois e escolheu pedagogia, ainda sem compreender bem o que significava o curso e como seria o exercício profissional após a conclusão.

Importante destacar, que para o professor Luciano, o interesse pela História da Educação nasce pelo seu engajamento pessoal com as pesquisas ainda na graduação e, por isso, reconhece que leituras e discussões realizadas no âmbito das disciplinas, da graduação ao doutorado, tiveram importância na sua constituição como pesquisador.

“Não penso tanto na ideia de interlocutores, mas em rede de colaboração”. Assim o professor nos informou sobre como pensa aqueles que leem e comentam as suas produções. Como ele se reconhece mais como um “intelectual mediador” do que como “autor de livros ou teorias”, seus projetos priorizam a organização de coletâneas com pesquisadores da área de História da Educação, em vez da escrita e da publicação de livros autorais. Como exemplo, citou “500 anos de Educação no Brasil” (2000), cuja organização divide com a colega de departamento na UFMG, Elaine Marta Teixeira Lopes e Cynthia Greive Veiga, e os dois volumes de “Pensadores Sociais e a História da Educação” (2008; 2012).

Como exemplos de produções autorais, “Entre mulheres” e “Homens de bem”, ambos publicados em 2021, colocam em perspectiva literatura e história. Ao tratar dessas obras, o autor lembra que há uma diferença entre “fazer ficção” e “fazer história”, pois há um compromisso ético e científico no ofício do historiador que tem nas fontes os limites e as possibilidades de sua narrativa. Nesse sentido, afirma: “para as histórias dos personagens, baseio-me em situações que aconteceram e que me foram relatadas, assim, posso criar eventos e cenas fictícias na minha obra historiográfica por meio dos contextos e da imaginação. Já no caso da história, não posso falsificar, imaginariamente, os fatos e acontecimentos. Há um elemento inegociável na produção historiográfica: o pesquisador/historiador só produz ancorado em fontes, sejam elas quais forem, ainda que sempre haja uma boa dose de imaginação e criação no que ele escreve”.

Nesse movimento, destacou pesquisadores e pesquisadoras da geração anterior à sua da História da Educação com quem aprendeu (e aprende) muito e com os quais estabelece trocas, diálogos e reflexões, como a própria Eliane Marta Teixeira Lopes, Marta Maria Chagas de Carvalho, Miriam Jorge Ward, Clarice Nunes, Guacira Louro, José Silvério, Zeila Demartini, Denise Catani, Lúcio Kreutz, Luiz Antônio Cunha, Carlos Roberto J. Cury, Dermeval Saviani, para citar alguns de uma longa lista falada pelo professor, e um conjunto expressivo dos historiadores e das historiadoras da educação de sua geração, ou da geração mais nova, que hoje atuam e organizam o campo, e com os quais trabalhou junto, com destaque para Diana Vidal, em cuja parceria pode aprender e produzir muita coisa.

Um importante destaque feito pelo professor para esse diálogo no campo da História da Educação foi a sua inserção no Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e na Sociedade Brasileira de História da Educação. Além disso, o professor foi Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Minas Gerais, no período de 2019 a 2021. Foi também do Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), articulação que reúne mais de meia centena de instituições de representação de Programas de Pós-Graduação e de Pesquisadores da Grande Área das Ciências Humanas e Sociais e colaborador da Rádio Inconfidência (Belo Horizonte), no Programa Ponto de Vista.

É na sua inserção nesses espaços que ele acredita a sua militância, pois entende que pode contribuir sobremaneira com essa articulação da Universidade com as associações e instituições que discutem e publicizam questões educacionais visando atingir a um público mais amplo. Nessa perspectiva, o professor destaca os projetos que coordena e que se encontram em curso atualmente: *O Pensar a educação, Pensar o Brasil - 1822/2022*, iniciativa desenvolvida em rede por mais de uma dezena de instituições universitárias do Brasil, criado em 2006. Este projeto

articula um conjunto de ações na interface entre extensão, ensino, pesquisa e comunicação pública do conhecimento científico sobre educação, com o objetivo maior de propor reflexões e alternativas para a educação pública brasileira.

Cumprindo a responsabilidade social da Universidade na produção e popularização do conhecimento, seu intuito é o de aproveitar o período que antecede a celebração dos 200 anos da Independência do Brasil (por isso, suas datas de referência, 1822-2022) para propor projetos que estimulem a reflexão sobre a contribuição da educação para a construção de um país justo e igualitário. Para tanto, entende que a Educação Pública é um direito social imprescindível para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e de maior protagonismo no processo democrático.

De acordo com o professor Luciano, “a expectativa é a de contribuir para problematizar os sentidos da independência por meio de um debate sistemático sobre o lugar da educação nos projetos de Brasil nos últimos dois séculos de nossa história”. O educador acrescentou dois pontos fulcrais sobre esse projeto. O primeiro refere-se às tentativas de iniciar essa reflexão a respeito da independência há pelo menos uma década, o que não interessou às editoras e, mesmo dentro das próprias universidades, não ganhou adesão. Ele destacou: “Se hoje, às vésperas do Bicentenário, com o *Pensar Educação*, *Pensar o Brasil* e com o *Portal do Bicentenário*, temos desafios com relação ao apoio, divulgação e adesão, imagine antes, quando as propostas ainda eram embrionárias?”.

Outro aspecto destacado pelo educador, refere-se ao próprio título do projeto *Pensar a Educação*, *Pensar o Brasil*: “Até hoje as pessoas me interrogam sobre o motivo de o projeto não se denominar ‘Pensar o Brasil, Pensar a educação’. Para mim, isso revela o lugar que a educação ocupa nesse país, como elemento secundarizado e, mais do que isso, considero que só é possível pensar o Brasil a partir de uma educação que permita o entendimento das questões sociais, culturais e, principalmente, históricas. Por isso,

o título é também uma proposição metodológica: pensar o Brasil por meio de uma reflexão sistemática sobre a educação. Por que pensar o Brasil a partir da economia, da política, ou da música, por exemplo, é mais revelador ou legítimo do que pensá-lo a partir da educação?”, pergunta o professor.

Também como parte desse movimento de reflexão sobre os 200 anos da independência do Brasil, *O Portal do Bicentenário* é uma iniciativa constituída em rede por universidades, faculdades e estruturas similares, programas de pós-graduação, centros, núcleos e grupos de pesquisa, instituições de representação de pesquisadores(as) e de programas de pós-graduação, sindicatos de docentes, instituições de representação de estudantes, movimentos sociais, cidadãos e cidadãos brasileiros(as) que visa produzir, editar, fazer curadoria, organizar e disponibilizar conteúdos sobre os 200 anos da Independência do Brasil e seus desdobramentos, analisados por distintos campos do conhecimento (científicos e escolares), na arte, na cultura e nos mundos do trabalho.

Conforme relata o educador, além do diálogo entre universidade e escola, que pensa ser cada vez mais necessário, de modo constante, intenso e diversificado, os conteúdos e todas as demais realizações do *Portal do Bicentenário* visam à construção de uma sociedade igualitária, democrática, laica, inclusiva, não violenta, antirracista, antiLGBTfóbica, antissexista, anticapacitista, e estarão engajados no combate a todo e qualquer tipo de discriminação e violência, notadamente, aquelas que são motivadas pelo gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, região, profissão e engajamento político das pessoas.

Sublinhando uma questão do nosso tempo, interrogamos ao professor sobre o papel da História, da História da Educação e, em específico, da escola, em tempos sombrios como os que estamos vivendo no Brasil - mas não somente -, marcado pelo recrudescimento do autoritarismo e todo um conjunto de ideias e de posturas que o acompanham. Segundo o professor, “nós precisamos relativizar o papel da escola, pois se atribui muita responsabilidade para essa

instituição e isso acaba criando uma ideia de ‘fracasso’, de descredibilização. Precisamos pensar que a escola sozinha não dá conta de resolver as mazelas sociais, e mais, entender que muitos dos negacionistas, pessoas que se posicionam contrárias à vacinação e à justiça social, por exemplo, são pessoas que possuem instrução e, não só isso, muitos são cientistas. Por isso, precisamos atribuir à escola o papel que ela realmente deve cumprir, como uma das instituições responsáveis pela formação da cidadania e pela transformação social. Mas é preciso, também, por assim dizer, libertar a educação de sua forma escolar e entender que a educação, a formação do humano, em todas as suas facetas, das mais amorosas e solidárias às mais perversas e individualistas, ocorre também e, às vezes, sobretudo, em outras instituições e coletivos sociais. Então, é preciso valorizar as instituições e coletivos que propiciam uma formação democrática e solidária e, ao mesmo tempo, combater aquelas que priorizam o ódio, a violência e o autoritarismo”.

